

OS REFLEXOS DA MAIORIDADE CIVIL COM RELAÇÃO AO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CÓDIGO PENAL E CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.

Por: Cibele Maria de Amorim Vilela

Esta monografia tem por objetivo traçar um perfil da nova maioridade civil e os reflexos decorrentes da alteração da idade no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente, Direito Penal e Processo Penal.

Com o advento da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conhecida popularmente e, também no mundo jurídico, como Novo Código Civil, muitas indagações vieram à tona quanto aos reflexos que causaria no que concerne à extensão da nova maioridade civil de 18 anos, no Estatuto da Criança e do Adolescente, Direito Penal e Processo Penal.

Alguns artigos foram escritos defendendo a não extensão dos efeitos, outros defendendo a posição da total extensão e, como sempre no Direito, alguns entendendo que o correio é a aplicação em parte, dos efeitos da nova - maioridade.

Portanto, com o escopo de servir como mais um referencial teórico, foi escrito o presente trabalho, não almejando esgotar o estudo do tema, e sim aprimorar ainda mais o estudo do direito no tema objeto do estudo.